

HABEAS CORPUS Nº 567.752 - SP (2020/0072079-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : VANESSA NUNES MACIEL
ADVOGADOS : EVANDRO APARECIDO PAIAO DE SOUZA - SP322765
VANESSA NUNES MACIEL - SP371160
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GERVASIO FLAUSINO DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GERVASIO FLAUSINO DOS SANTOS JUNIOR apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0001337-24.2016.8.26.0047).

Colho dos autos que o réu foi denunciado pela suposta prática do delito inscrito no art. 33 *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), pois mantinha em depósito aproximadamente **73g (setenta e três gramas) de maconha e 3g de cocaína** (e-STJ fl. 36).

No primeiro grau de jurisdição, o paciente foi absolvido (e-STJ fls. 114/117).

Interposta apelação pelo Ministério Público estadual, a ela foi dado provimento para condenar o réu à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 600 dias-multa em razão da prática do crime tipificado no art. 33 *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas) e determinada a prisão preventiva (e-STJ fls. 149/151).

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 143):

Apelação. Crime de tráfico de drogas. Absolvição na origem. Materialidade e autoria comprovadas. Provas suficientes para a condenação. Aplicação de sanção penal. Provimento ao recurso.

Neste *habeas corpus*, a impetrante aponta ausência de fundamentação idônea para o decreto de prisão preventiva, porquanto não observados os requisitos estampados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Diante dessas considerações, requer, liminarmente e no mérito, a

imediata expedição de alvará de soltura, para que o paciente possa aguardar o julgamento do presente feito em liberdade. Acrescenta que, "*caso Vossa Excelência assim não se entenda, requer se ainda a aplicação de medidas cautelares diversas nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP o qual o paciente se compromete a cumpri-las integralmente*" (e-STJ fl. 33).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque o acórdão estadual, além de constatar os **maus antecedentes** do réu em razão de condenação pretérita por delito de mesma espécie, justificou a necessidade de custódia preventiva, nos seguintes termos (e-STJ fls. 149/151):

Por fim, seja em face da inadequada absolvição do Réu (ora corrigida pelo provimento ao recurso do Ministério Público), seja pela necessidade de se assegurar a paz pública (na qual se embutem, tanto a garantia da ordem pública, quanto a assecuração da efetiva aplicação da lei penal, seja pela regra específica do artigo 59 da Lei nº 11.343/06, e especialmente pela situação fática concreta (mau antecedente por prática de crime idêntico, demonstrando desprezo à punição estatal; utilização de seu filho para se livrar de responsabilidade criminal; quantidade e nocividade de uma das drogas encontradas) [...] DECRETA-SE A PRISÃO PREVENTIVA DO RÉU de acordo com a situação fática suso exposta (destacado que NÃO SE TRATA, PORTANTO, DE PRISÃO AUTOMÁTICA PELO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA, fiquem os desavisados bem alertados e cientes disso!!!!!!), com fundamento no artigo 387 § 1º, c/c artigo 312, ambos do Código de Processo Penal, com a imediata expedição de mandado de prisão.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da

Superior Tribunal de Justiça

impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator